

ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 21-02-2024.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Karen Santos, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 608/23 (Processo nº 1030/23), de autoria de Roberto Robaina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 696/23 (Processo nº 1219/23), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Lei do Legislativo nº 015/24 (Processo nº 0030/24), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 032/24 (Processo nº 0057/24), de autoria de Pedro Ruas; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 755/23 e 044/24 (Processo nºs 1327/23 e 0079/24, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 049/24 (Processo nº 0089/24), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 759/23 (Processo nº 1334/23), de autoria de Cláudia Araújo; o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 161/21 (Processo nº 0422/21), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 652/23 (Processo nº 1119/23), de autoria de João Bosco Vaz; Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 0435 e 0442/24, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 003/24 (Processo nº 0092/24) e o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/24 (Processo nº 0095/24), respectivamente. Foi apregoado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 332/21 (Processo nº 0805/21). Foram aprovadas as atas das 001ª, 002ª, 003ª e 004ª Sessões Ordinárias. A Seguir em COMPARECIMENTO, esteve Rodrigo Sartori Fantinel, Secretário Municipal da Fazenda de Porto Alegre, para tratar do assunto Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigef. Em continuidade, Rodrigo Sartori Fantinel pronunciou-se sobre o tema em debate. Após, pronunciaram-se sobre o tema em debate Biga Pereira, Adeli Sell, Mari Pimentel, Jonas Reis, Tiago Albrecht, Roberto Robaina, Pedro Ruas e Engº Comassetto. Ainda, Rodrigo Sartori Fantinel pronunciou-se, prestando esclarecimentos acerca do tema em debate. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e nove minutos às quinze horas e trinta e um minutos. Às quinze horas e trinta e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a

Emenda nº 01, de autoria de Jessé Sangalli e Psicóloga Tanise Sabino, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 166/23 (Processo nº 0327/23), bem como aprovado Requerimento, de autoria de Jessé Sangalli, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foram apregoadas as Emendas nº 02 e 03, de autoria de Márcio Bins Ely, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 074/14 (Processo nº 0761/14), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio destas Emendas às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Jessé Sangalli, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21 (Processo nº 0892/21), bem como aprovado Requerimento, de autoria de Jessé Sangalli, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Comandante Nádia e de Mônica Leal, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 440/22 (Processo nº 0903/22), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento formulado por Biga Pereira, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 199/21 (Proc. nº 0517/21). Foi aprovado Requerimento formulado por Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/21 (Proc. nº 0449/21). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando a retirada da priorização de matérias constantes na Ordem do Dia da presente sessão. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 017/24 (Processo nº 0065/24). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 004/24 (Processo nº 0006/24). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 166/23 (Processo nº 0327/23). Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 166/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 166/23. Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Executivo nºs 046/23 e 001/24; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 002, 025, 030 e 031/24; e em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 555, 714, 737, 757 e 760/23 e 007, 019, 021 022 e 023/24; e o Projeto de Resolução nº 001/24. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Pedro Ruas, Claudio Janta, Pablo Melo e Mari Pimentel. José Freitas, presidindo, concedeu a palavra a Jonas Reis, em Pauta, período que já havia sido encerrado. Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro e José Freitas. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 332/21.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 1ª a 4ª Sessões Ordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Hoje temos o comparecimento do Sr. Rodrigo Sartori Fantinel, secretário Municipal da Fazenda de Porto Alegre, que abordará o assunto sobre o Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigef. O secretário Fantinel está acompanhado pelo secretário-adjunto Jonas Machado.

O Sr. Rodrigo Sartori Fantinel está com a palavra.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Boa tarde Presidente Mauro; boa tarde Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Jonas, secretário-adjunto, que me acompanha. A ideia, hoje, é a gente dar uma conversada e esclarecer eventuais dúvidas sobre o Sistema de Gestão Fiscal que nós implantamos recentemente no Município. É importante nós dizermos, inicialmente, o porquê desta implantação e o que motivou essa implantação para, depois, efetivamente a gente falar da situação do sistema.

Então o que ocorreu? No ano de 2020, foi publicado um decreto federal que estabeleceu que todos os entes federativos deveriam, em seus sistemas de administração financeira e orçamentária, cumprir determinados requisitos. De 2020 para cá, diversos foram os entes que implementaram esses sistemas, e o município de Porto Alegre foi um dos que implementou; e implantou esse sistema agora, na virada de 2023 para 2024. A primeira questão que é importante é essa contextualização, o porquê que isso foi feito nesse momento? É que nós temos que atender a esse decreto federal, e, em não atendendo o decreto federal, nós teríamos algumas penalidades. Entre as penalidades, nós perderíamos dois graus, ou duas letras, na classificação, na capacidade de pagamento do Município, o que inviabilizaria que o Município tomasse empréstimos, tanto nacionais quanto internacionais. Então esse processo está acontecendo em todo o todo o País. Nós temos estados e municípios implantando esses sistemas. Eu fiz um levantamento recentemente aqui, dentre as capitais, além de Porto Alegre agora, na virada de 2023 para 2024, o município de Recife implantou o sistema, o município do Rio de Janeiro implantou o sistema, e outros municípios também acabaram fazendo essa implantação. Obviamente, é um sistema grande, é um sistema complexo. Para os senhores terem uma ideia, nós temos hoje 2.300 usuários nesse sistema, e aí, naturalmente, a gente tem um processo de aprendizagem. Esses 2.300 usuários precisam aprender a operar o sistema e se sentirem seguros para fazerem as operações, afinal todos nós estamos tratando de recursos públicos, então temos que ter segurança no que estamos fazendo. O que ocorre? Desses 2.300 usuários, nós imaginamos que já tenha um contingente de pessoas que absorveu o sistema de forma mais fácil. Nós temos secretarias que a gente observa que não estão tendo dificuldade nenhuma. Outros colegas estão com um pouco mais de dificuldade, algumas secretarias com um pouco mais dificuldade, mas o que é importante a gente colocar nesse processo? Nós iniciamos as capacitações dos nossos colegas no mês de outubro de 2023. Acontece que treino é treino e jogo é jogo. Agora, chegou a hora

efetivamente de usar o sistema, então, a gente começa a verificar outras dificuldades não só em relação a usuários, mas também em relação às próprias funcionalidades do sistema. Algumas delas, no momento em que colocamos em implantação, nós tivemos que agir, corrigir, mas a gente já tem hoje indicadores muito positivos em relação à usabilidade do sistema. Eu estava de férias até o carnaval, eu voltei na quarta-feira passada e, para os senhores terem uma ideia, nós tínhamos tramitando na Secretaria da Fazenda em torno de 300 processos de pagamento. E, quando ele vai para a Secretaria da Fazenda, o pagamento é muito fácil; a dificuldade está em fazer o processo chegar à Secretaria da Fazenda. Hoje, passada uma semana, nós temos tramitando na Secretaria da Fazenda mais de mil processos. Significa que as diferentes secretarias estão cada vez mais absorvendo as funcionalidades dos sistemas e fazendo a coisa funcionar de forma mais rápida. E, como eu coloquei, nós temos hoje a expectativa de, nos próximos dias, entrar numa normalidade, mas isso não vai acontecer hoje, não vai acontecer amanhã, não vai acontecer depois de amanhã; ainda vai levar um tempo, porque realmente o sistema é muito grande, e esse processo de implantação é natural. Nós tivemos problemas específicos que, inclusive, nós tratamos, durante a semana passada e esta semana, com repasses a escolas. Esse é um dos problemas que hoje está gerenciado. Se a gente não está com 100% dos repasses efetuados, nós estamos muito próximos disso e devemos concluir o dia de hoje com esse problema solucionado. Nós fizemos, inclusive, reunião anteontem, segunda-feira, com representantes das escolas e colocamos a eles ainda a disposição de acompanhar isso para os próximos meses. Pedimos que eles nos passem uma listagem do que está pendente para cada escola, que nós faremos uma interação com a SMED para evitar que ocorram novos atrasos. Mas a escola é só um exemplo, nós temos, na verdade, que garantir que todos os pagamentos sejam feitos dentro do prazo, e é para isso que nós temos trabalhado. O que a gente traz hoje de notícia boa é que, realmente, em uma semana, a gente consegue visualizar, de forma muito clara, pelos próprios números, uma evolução muito grande do sistema. E acredito que, na semana que vem, vai ser melhor e, na semana seguinte, melhor ainda até que a gente entre para uma normalidade.

Então, Ver. Mauro, são esses os esclarecimentos iniciais. Ficamos totalmente à disposição para perguntas não só aqui no comparecimento, mas também, caso os vereadores queiram nos procurar na Secretaria da Fazenda, as portas estão sempre abertas lá para prestarmos esclarecimentos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, secretário Fantinel. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente, colegas vereadoras, vereadores, secretário Rodrigo e seu adjunto, Jonas, inscrevo-me aqui para fazer algumas ponderações sobre o que nós viemos recebendo de informação da comunidade, da própria imprensa e confirmadas um pouco pela sua fala, secretário Fantinel. Nós somos sabedoras de que, a partir da implantação do sistema chamado Sigef, houve atrasos nos pagamentos para os prestadores de serviço e em várias áreas e órgãos.

Para citar alguns, na Secretaria Municipal de Saúde, tanto nas UBS como para hospitais, na SMED, nas vagas judicializadas, nas escolas parceirizadas, as creches sem pagamentos. Inclusive, merecedoras de um pedido de informação do meu mandato que dirigi a sua secretaria, secretário Fantinel, na medida em que várias escolas estavam sem pagamento este ano todo, receberam em novembro, mas não receberam em dezembro nem em janeiro, final de fevereiro, e eu, ainda ontem, recebi de duas escolas que não haviam recebido nada. Nós temos a Procempa, o DEMHAB, obras do DMAE, atrasos na implantação de módulos das leis orçamentárias, atraso na implantação do sistema LDO, falha para pagamento da folha, em razão do número de dígitos nas contas bancária dos correntistas na Caixa Federal, limitação do número de pagamentos simultâneos, para citar alguns. Já havia sido feita a compra de outro sistema, que era o SIAT. O valor inicial do contrato em torno de R\$ 5,7 milhões, depois teve quatro aditivos, e o valor ultrapassou R\$ 11 milhões, Ver. Adeli Sell, R\$ 11 milhões! O Ministério Público o aponta, secretário, em ação ajuizada ainda em 2013, como responsável por omissão na fiscalização do contrato. O Ministério Público pediu a sua condenação por ato de improbabilidade administrativa. Eu lhe pergunto: há risco de ocorrer com o sistema Sigef o mesmo que ocorreu com o SIAT, pelo qual o senhor responde a esse processo no Ministério Público que eu citei? Sobre o Sigef: afinal, quantos concorrentes participaram do processo licitatório? Quais módulos foram adquiridos? Mais algum módulo será adquirido pelo Município? Há uma interação efetiva com as emendas impositivas – todos nós aqui e todas nós aqui fizemos as emendas –, há uma interação com essas emendas? Há integração com o sistema Ergon, que faz o pagamento da folha? Foi utilizado o Sigef para pagamento das últimas folhas dos servidores, ou a Prefeitura recorreu ao Ergon? Se há a possibilidade de fechamento diário das contas, qual é o motivo do atraso em todos esses pagamentos, secretário? Essas são as indagações que eu trago, todas pertinentes, já que pesquisamos e evidenciamos essas situações. Quer dizer, um sistema, por mais que o senhor justifique que, na verdade, há um aprendizado quando se troca um sistema, mas um sistema adquirido em outubro, e, final de fevereiro, ainda não se sabe lidar com ele, e ele vir ocasionando todos esses atrasos, essas falhas, é, no mínimo, o nosso direito em lhe perguntar. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Meu caro Ver. Mauro Pinheiro, nosso digno Presidente, caríssimos Fantinel e Jonas, a minha vinculação com os temas de finanças do município, por incrível que pareça, começou em 1997, quando aqui cheguei, jamais imaginei ir para a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, e eu, novato, acabei sendo o presidente dessa comissão, foi um grande aprendizado. De lá para cá, acompanhei, principalmente, o trabalho da fiscalização dos funcionários da fazenda e a importância desse setor na Prefeitura de Porto Alegre. Preocupou-me, certa feita, não lembro exatamente quando foi a contratualização do SIAT, eu sei que teve

alguns problemas, talvez V. Exa. pudesse explicar um pouco sobre isso, acho que isso foi bem antes do senhor ter alguma responsabilidade mais direta, pelo que eu me lembro, mas V. Exa. deve saber exatamente disso, e agora desse novo sistema. Eu não estou fazendo questionamentos a qualquer sistema, entendam-me bem. Eu sou daqueles, na área da ciência e tecnologia, um pouco bivalente, de um lado, profunda ousadia pela novidade; por outro lado, uma certa cautela, um certo conservadorismo. Esse meu conservadorismo, talvez, tenha me levado sempre a defender a Procempa. Eu acho que há erros históricos na Procempa, nas nossas administrações, de não termos dado condições do corpo técnico de altíssima qualidade da Procempa de construir pela nossa inteligência, e há muita inteligência ainda, apesar do esvaziamento da Procempa. E aqui eu sempre lembro que a Procempa não é uma criação estratosférica, ela foi feita por um prefeito que muitos já esqueceram, está aí para provar, Guilherme Socias Villela, ou seja, faz tempo que nós temos a Procempa. Foi uma grande iniciativa do prefeito Villela construir a empresa municipal, assim como foi dele também a criação do Marinha do Brasil, do Harmonia, do Parcão, do Mascarenhas de Moraes e dos corredores de ônibus, que alguns esquecem. Eu sempre lembro as positivities das administrações. E eu lembro da positividade da Procempa durante as administrações populares, dos governos do PT. A Procempa foi turbinada e foi um exemplo de empresa de vanguarda. Eu acho que, a partir de um certo momento, ela foi começando a ser esvaziada, e, na minha opinião, esse é o grande erro, esse talvez seja o grande debate que os meus colegas vereadores, com Vossas Senhorias aqui, pudessem fazer. Não o sistema propriamente dito, porque agora me parece que são favas contadas, o sistema existe.

Eu tenho algumas preocupações, por exemplo, com a Lei Paulo Gustavo, pois houve problemas, porque eu sei que ela passa por um sistema todo para que a secretaria competente pague essas contas. Então, eu queria que Vossas Senhorias nos explicassem um pouco sobre essa engrenagem, que me parece que, num primeiro momento, demorou – e talvez esteja demorando – a funcionar. Vejam bem: eu não estou aqui fazendo aqui uma crítica; eu estou fazendo questionamentos. Porque aqui, nesta Casa, tem uma mania de que, quando você levanta uma pergunta, as pessoas se ofendem; eu sempre digo que perguntar não ofende, ainda mais para o Fantinel, que é nosso conhecido há muito tempo como servidor aqui da Casa, hoje acompanhado pelo Jonas. Então, perguntas são necessárias, explicações são imperiosas para que a gente tenha civilidade nesta cidade, neste plenário. Se a Prefeitura não funcionar direito com a Fazenda, não tem obras, não tem pagamento, não tem evolução, não tem progresso, por isso, eu pergunto. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Mauro Pinheiro, secretário Rodrigo Fantinel, secretário Jonas. Agradeço pelo comparecimento, pois eu protocolei, ao longo do fim de semana, já numa

situação que eu diria de falta de empatia, no mínimo, de parte da Prefeitura de Porto Alegre, e aqui eu coloco um pouco da emoção que nós, cada um dos vereadores, sentimos ao estarmos ao lado de escolas que não tiveram pagamento durante três meses. Se o secretário estava de férias, as escolas tiveram que pegar empréstimos, mães não foram trabalhar. Essa realidade de emoção e de realidade da cidade parece que me faltou na sua fala, secretário Rodrigo Fantinel. Porque três meses sem pagamentos muda a realidade numa cidade. Porto Alegre parou nos últimos meses. Nós temos obras inacabadas. A Pica-Pau aqui parada, não tem pagamento de fornecedor. As obras do DMAE estão paradas, não tem pagamento de fornecedor. A ciclovia lá da Ipiranga, para quem quiser pedalar, também não teve pagamento de fornecedor. O aluguel social está sem pagamento de fornecedor. E o que temos aqui é uma atitude do secretário da Fazenda, e aqui eu reforço no papel institucional e não pessoal, de vir aqui e colocar a culpa em todos os secretários, dizendo que ninguém é competente para fazer o pagamento. E como eu citei, são pelo menos cinco secretarias. O que nós temos é um sistema que não foi implementado, que ficar sem implementar em muitas secretarias e não pagar durante três meses, no mínimo, eu posso dizer que ele não foi implementado.

Um sistema que teve suas falhas descobertas, Ver.^a Biga, quando já estava andando, sem um plano B. No mínimo, o administrador teria que pensar na perspectiva do plano B. Parece-me que o plano B aconteceu só com a folha de pagamento, Ver.^a Biga, porque se rodou o sistema antigo para garantir o pagamento dos servidores, mas para todos os prestadores de serviço da Prefeitura não foi garantido o plano B.

E eu reforço aqui a pergunta, porque nós temos um sistema assim, um histórico de um sistema que foi comprado e que era dado anuência. E aqui nós estamos vendo que nós temos históricos de anuência sem o recebimento de materiais; aconteceu na SMED. Nós temos o histórico de anuência de um sistema que era implementado sem a real implementação. É de se questionar: por que Porto Alegre parou durante três meses? Por que nós não vimos, até agora, uma manifestação mais séria da Prefeitura diante do caos que foi gerado? E qual vai ser a realidade? Porque o outro sistema demorou quatro anos para ser implementado e custou o dobro do valor para os cofres públicos, e, no mínimo, nós precisamos da seriedade e não de culpar o próximo.

Eu acho que quando nós somos líderes, nós subimos nessa cadeira e assinamos um papel, seja eu, como vereadora, ou secretários, nós assumimos uma responsabilidade, e a responsabilidade não é colocar no colo dos outros secretários, e não é dizer que o sistema está funcionando, porque eu tenho aqui uma lista de pelo menos cinco escolas que não receberam o pagamento. Eu consigo ir em qualquer lugar de Porto Alegre e achar locais sem pagamento em diversas secretarias.

Então, no mínimo, a gente quer um pouco de empatia, olhando no olho e pensando em cada mãe que não conseguiu levar o seu filho na escola, em cada de prestador de serviço que teve que pedir empréstimo por não ter a seriedade do seu contrato realmente honrado durante três meses. Eu coloco um pouco dessa minha indignação, secretário, sabendo do respeito que eu tenho pela sua pessoa, mas sabendo que Porto Alegre falhou com os seus prestadores de serviço. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, cidadãs, cidadãos que estão aqui na luta, nas galerias, em defesa do serviço público de qualidade; aqui saúdo a presença do secretário da Fazenda, seu adjunto, obrigado pela presença – são sempre bem-vindos aqui na Câmara de Vereadores, a Casa do Povo. Eu queria destacar que há um prejuízo enorme por conta deste contrato, desse sistema mal implementado, mal construído, péssimo treinamento, porque não tem justificativa quando um trabalhador não recebe o seu salário, não tem justificativa! E a culpa não foi das empresas contratadas, a culpa foi da Secretaria da Fazenda, isso é grave. Estou falando aqui da empresa Metropolitana de higienização, 200 trabalhadores sem salário há mais de 10 dias, ficaram a ver navios, isso é grave, são os higienizadores que mantêm os hospitais, postos de saúde de pé, são salários mais baixos, tem que ter responsabilidade com a vida das pessoas, com as famílias. Não é responsabilidade só com o sistema: “Ah! Vamos implementar, como a justificativa diz, tem um decreto federal e tal” – não, a gente tem que olhar pessoas e não os números. Eu acho que está faltando ao governo Melo entender que uma cidade é feita de pessoas, cidadãs e cidadão. Eles não estão entendendo isso, eles acham que é número. Eu vejo que historicamente as secretarias da Fazenda têm uma fala dura, parece um mundo isolado, um mundo longínquo, mas o fato é que a empresa JN, de vigilantes da saúde, também teve problema de pagamento; Sabor Br também teve problema de pagamento das copeiras, trabalho fundamental; para quem não conhece é quem faz a dispensa da alimentação até ao paciente, das dietas específicas, trabalho fundamental dentro do hospital para ter uma cura rápida; aí essa pessoa não é olhada pelo poder público, mais de 70 pessoas. Então, eu quero inclusive aqui elogiar o sindicato SEEAC, das trabalhadoras terceirizadas da higienização, do trabalho nos hospitais, da luta pela garantia do mínimo, que é o pagamento em dia. Quem é que vai pagar o juro do cartão de crédito desses trabalhadores? Quem é que vai responder quando eles não pagam aluguel? Não é o secretário da Fazenda, não é o prefeito, e isso é lamentável. Mas eu quero dizer mais: as conveniadas – e isso é grave – prestam um serviço fundamental na educação infantil do Município, e não recebem? Aí o secretário da Educação veio na comissão ontem e disse para nós que estava sendo feito o pagamento, e hoje as escolas me ligam dizendo que não receberam. Mas e aí, quem é que fala a verdade: a escola, a diretora, as famílias ou o secretário? Não dá para ser esse empurra-empurra! E quero também ressaltar que as empresas contratadas da educação para manutenção das escolas também tiveram um problema de pagamento, secretário, na obra da EMEI Pica-Pau, cujo prédio a comunidade precisa ter de volta. Eu queria que o senhor pudesse falar para nós: o problema está na Fazenda ou o problema foi na SMED do contrato dessa empresa, cuja obra estava sendo feita na Pica-Pau e foi paralisada?

E por último, não menos importante, dizer que adequações, sim, devem ser feitas conforme a legislação, mas a gente tem que ter um planejamento e não deixar uma pressão, a panela de pressão estourar; nós temos que ter controle sobre isso, e responsabilidade coletiva. Eu já reuni com o secretário da Saúde, secretário da Educação, DEMHAB e secretário da Cultura, que também disse que o problema é o sistema para o pagamento dos editais multilinguagens, por exemplo. Nós precisamos de uma resposta! As áreas mais nevrálgicas precisam que a gente as deixe trabalhar, os servidores trabalhem, e não trazer um sistema que atravanque. Tem que ser solução. Então pecamos, a cidade pecou e a responsabilidade também é da Câmara, porque eu vejo muita gente que é base do governo e parece que não está vendo o que está acontecendo. Vocês estão manchando a imagem de vocês em colar a imagem com o prefeito Melo que não consegue manter em dia os contratos – pensem nisso, hein, estou dando uma dica aqui, como colega. Pensem nisso, qual a associação que vocês querem na cidade?

E por último, o que não tem a ver com o secretário da Fazenda, nem com o governo, tem a ver com a Câmara de Vereadores. Aproveitando o tema, Presidente, a empresa Syltec, que faz vigilância da Câmara, não está pagando vale-transporte em dia, nem o vale-alimentação, tem problemas; e a empresa Master, que faz a higienização aqui na Casa, não fez o pagamento do dissídio. Nós conversamos com os trabalhadores, isso é gravíssimo, essas empresas recebem em dia da Câmara, e elas têm que respeitar a Câmara de Vereadores, isso fica vergonhoso para nós, vereadores. Elas precisam resolver imediatamente isso. Dissídio é sagrado, vale-alimentação e vale-transporte também. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito boa tarde, Sr. Presidente Mauro Pinheiro; boa tarde, secretário Fantinel e secretário adjunto Jonas, obrigado pelo comparecimento; boa tarde plenário, assistência, redes sociais e mídias sociais. Realmente, enfrentamos um problema, e a vinda de Sua Senhoria, do secretário Fantinel, é importante para sabermos se é um problema de gestão, para sabermos se é um problema técnico, para sabermos se é um problema de responsabilidade, porque, de fato, o meu gabinete, secretário, recebeu diversas reclamações. Eu vou me ater mais à questão das escolas parceirizadas, porque foi o grosso de mensagens que nós recebemos. Pais desesperados porque teriam que se desempregar, secretário Fantinel, porque os filhos seriam impedidos de entrar nas escolas, pois a Prefeitura não estava pagando. De pronto, liguei para a Vossa Senhoria, liguei para o secretário José Paulo da Rosa. Agradeço o pronto atendimento, mesmo que as informações tenham sido truncadas *a priori*. Cobrei do secretário José que a gente precisa de uma previsibilidade. Porque eu particularmente gravei um vídeo, botei a minha cara a tapa, e estavam dizendo que era *fake news*. Hoje, já recebi relatos de que está começando a entrar esse dinheiro. A primeira pergunta é de uma escola, secretário, que o proprietário me passou: ele recebeu apenas R\$ 1,6 mil de

R\$ 21 mil devidos. Cada aluno é um empenho, vamos dizer assim, é um boleto? É a SMED que precisa juntar isso e dar na sua mão? Aqui eu vou pegar o senhor com uma metonímia, o todo pelo um, o um pelo todo. É o José Paulo da Rosa que pega e põe na sua mão e pague? Ou é documento por documento? O que nós podemos responder para essas escolas?

Segunda pergunta – e depois eu vou lhe deixar algumas perguntas que eu tenho aqui, secretário –, no processo de compra do SIAT também houve problema de pagamentos extras, há um processo judicial movido pelo Ministério Público, que o incluiu, secretário, como réu, existe algum risco de ocorrer o mesmo com o Sigef?

E a penúltima pergunta: o sistema antigo não cumpria os requisitos do [Decreto nº 10.540/20](#)? Não seria possível adaptá-lo por um valor razoável, menor do que o valor de aquisição do Sigef?

E por fim, uma das escolas entrou em contato conosco hoje, aliás, foi um pai, e disse: “As escolas estão programando, para segunda-feira, não deixar entrar alunos parceirizados”, vamos chamá-los assim. O que o secretário da Fazenda pode dizer para esse pai, para essa mãe, cuja escola ainda não recebeu a totalidade; o filho dela, o filho dele vai entrar na escola na próxima segunda-feira? Muito obrigado, secretário, e que tenhamos um bom trabalho.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores, vereadoras, Presidente Mauro Pinheiro, secretário da Fazenda, seu assessor; eu creio que a situação da Prefeitura é uma situação muito grave. Imagino que, do ponto de vista administrativo, não esteja sendo simples a administração pública neste momento. Nós tivemos, na manhã de hoje, a notícia do jornal Zero Hora que a assessora especial, assessora técnica da ex-secretária de Educação, acusou que ela foi orientada pela própria secretária de Educação e pelo advogado da secretária – Oadvogado esse que também, pelo jornal Zero Hora, recebeu R\$ 800 mil da Prefeitura para trabalhar para a Prefeitura – que ela prestou falso testemunho na Comissão Parlamentar de Inquérito, mentiu na Comissão Parlamentar de Inquérito – aliás, muitos vereadores da base do governo atuaram como advogados dessa secretária que foi presa! E essa assessora Mabel foi presa no dia 23 e já começou a falar tudo. Isso tem importância, porque demonstra, no caso da Mabel, que pelo menos ela não é psicopata, porque o psicopata consegue se envolver em horrores de falcruas e continuar atuando como se nada tivesse ocorrido. Eu não sei se é o caso dos gestores da administração pública atual, porque nós estamos tendo vários casos, várias acusações de corrupção e de desvio de dinheiro público, e quando há uma situação dessas, o sujeito, para conseguir administrar de modo sereno, tem que ser psicopata, porque a administração tem denúncia de propina do DMAE, desvio de dinheiro na educação, então eu fico até admirado com a tranquilidade que o secretário da Fazenda informou sobre a situação de finanças do Município, na medida em que nós temos uma série de acusações

de desvios de dinheiro público, e a responsabilidade do secretário da fazenda é de zelar pelos recursos públicos. Imagino que não deva ser fácil quando a pessoa realmente está preocupada com isso, quando tem uma administração com tantos problemas.

No caso específico da Secretaria da Fazenda, nós, no dia de hoje, temos um debate aqui, na Câmara, que me preocupa, porque é mais uma tentativa do governo – e desse ponto de vista eu sei que o secretário é vanguarda nessa tentativa – de controlar o conselho do Previmpa – e aqui estão os municípios para debater isso – que é o órgão que tem muitos recursos, que tem uma administração cujos servidores públicos conseguem ter controle, e o projeto do governo justamente é impedir que os servidores tenham controle, alterando a composição do conselho e fazendo com que o Executivo, tendo o voto de minerva da presidência, indicando a presidência e fazendo com que a presidência deixe de ser eleita como é hoje, controle os recursos do Previmpa, numa administração que está sob suspeita em todas as áreas mais importantes, como a área da administração da água, da educação, da saúde, e agora querem controlar uma instituição que é lucrativa, que tem tido uma gestão transparente com os servidores, com capacidade de controle, e, justamente, essa gestão com transparência, com controle dos servidores, está agora ameaçada pela política que o governo quer votar hoje. Eu acho isso uma barbaridade. Além do mais, nós sabemos que a Secretaria da Fazenda resolveu colocar o Previmpa sob a sua responsabilidade, e eu imagino que isso seja uma decisão do secretário da Fazenda.

Concluo com uma pergunta: conversando com o Guilherme Todeschini, e por sinal, seu tio é um especialista no Previmpa, o governo não previa os atrasos? Aqui, os vereadores estão usando a palavra para demonstrar uma série de atrasos nos pagamentos de fornecedores. Então, a pergunta é se o governo não previa? Se previa, por que não fez nada? Na medida em que há um prejuízo evidente de uma parte da sociedade que não recebeu os devidos pagamentos. E termino dizendo o seguinte: acho muito grave. Vários vereadores usaram a palavra para dizer que o Ministério Público – não sei se o senhor secretário está preocupado com isso –, mas vários usaram a palavra para falar da ação de improbidade administrativa que o Ministério Público tem movido contra o secretário da Fazenda. E eu fico muito indignado, porque nós tivemos um debate muito acirrado na legislatura passada e nesta também, um ataque sistemático à Procempa, e, quando atacavam a Procempa, diziam que ela não tinha competência, que estava desatualizada. Pois bem, uma das razões pelas quais argumentavam contra a Procempa é que diziam que ela atrasava. Mas uma das indicações do Ministério Público é que foi concedido um prazo de 180 dias para a Procempa criar um sistema, mas a Consulte levou quatro anos para implementar o sistema adquirido, e o Sr. Fantinel avalizou esse atraso enquanto cobrava da Procempa a agilidade que ele não cobrou de uma empresa privada. Muito obrigado e boa tarde a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Registro a presença do deputado estadual Dr. Thiago Duarte. Seja sempre bem-vindo à Casa.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezado Presidente Mauro Pinheiro; senhor secretário municipal, Rodrigo Sartori Fantinel; Sr. Jonas; vereadoras e vereadores; público que nos assiste, com um abraço fraternal às municipais e aos municipais aqui presentes, na sua luta permanente em relação ao Previmpa, que de fato é dos municipais – tem que ser.

Secretário Fantinel, ao longo de muitos anos, nesta Casa e também na Assembleia Legislativa, quando fui deputado, mas aqui novamente há uma questão que me preocupa bastante, e meus colegas sabem, que é a questão das isenções tributárias. Do meu ponto de vista, tanto em nível estadual quanto em nível municipal, nós temos, no mínimo, uma possibilidade de discussão, quando não uma falta de critérios que beira à renúncia fiscal. Eu até vou dar um exemplo que não é daqui: lá no governo estadual, quando o governador era o Sartori, ele mandou R\$ 380 milhões para uma empresa chamada Videolar Innova. Quando eu perguntei qual era o retorno para o Estado, João e Mário, eram cinco empregos, cinco empregos! Trezentos e oitenta milhões de reais! Isso está gravado, está tudo em atas.

Aqui há situações, não naquele nível, mas que são, no mínimo, discutíveis. Uma me preocupa especialmente, secretário: quando foi feito, por que foi feito e quanto o Município perde com as isenções dadas à Fraport, que administra o aeroporto Salgado Filho? E uma outra pergunta, vou deixar apenas duas, que talvez não esteja a seu alcance, porque envolve o patrimônio, mas a imprensa tem falado recentemente na venda da Usina do Gasômetro. Pelo histórico da Usina, ela sequer é de Porto Alegre; ela foi da Bond & Share, encampada pelo Estado, virou da CEEE. Vendida a CEEE, ela foi para a Eletrobras. Vendida a Eletrobras, eu não sei qual é o destino da nossa usina, e me parece que o prefeito também não se preocupa muito. Com todo o respeito, isso não é coisa do secretário, Ver. Mauro Pinheiro, mas o prefeito vende tanto o que é nosso que chega a vender o que nem é dele e nem nosso; vende o que não é dele, é nosso, agora ele vende o que não é dele e nem nosso.

Essa informação sobre a venda ou não da Usina do Gasômetro e se ela está em propriedade de Porto Alegre ou não, não sei se esta está ao seu alcance, por conta da área específica do senhor, secretário Fantinel. Eram essas duas questões. A questão da Fraport é imensamente preocupante. Já pedi essa informação, não me chegou até agora, e para mim, ela é fundamental, ainda mais quando nós sabemos que os municipais passam por um arroxó salarial brutal, e eventualmente o governo está abrindo mão de receita que seria necessariamente do Município. Muito obrigado.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Mauro Pinheiro, secretário Fantinel e todos os funcionários públicos municipais que estão aqui. Discutir finanças sempre é um bom debate, e eu começaria por um tema que nós

discutimos aqui há poucos dias e discutimos na nossa Mesa Diretora semana passada. Foi criado o advento das emendas impositivas, e um conjunto de vereadores aqui construiu emendas impositiva para o carnaval, e o carnaval vai ser na semana que vem e nenhuma das escolas recebeu as emendas impositivas dirigidas a elas neste momento. É a maior festa popular que existe, e foi trocada a data justamente para Porto Alegre entrar em evidência também nesse contexto.

Bom, é claro que pode se dizer que essas emendas podem ser utilizadas para o ano que vem, mas nós sabemos como é que funcionam essas estruturas comunitárias, elas dependem muito desses recursos de última hora. Então, nós reivindicamos aqui coletivamente. Falo isso porque o Presidente Mauro – inclusive fizemos uma reunião – ficou de conversar com o secretário da cultura para nós vermos essa possibilidade de potencializarmos isso. Bem, mas uma das grandes discussões que nós fazemos aqui sempre é o orçamento. Sempre há manchetes do orçamento quando aprovado: “Doze bilhões e não sei quantos milhões.” Manchete. Aumentou a arrecadação, mas nunca veio para esta Câmara, e nenhum vereador aqui sabe qual é o percentual do orçamento aprovado por nós que é aplicado efetivamente ano a ano, porque é fundamental que, no orçamento que aprovamos, a gente possa ter o acompanhamento dos recursos que foram a aplicados efetivamente; é claro que têm aqueles institucionais.

O segundo ponto sobre isso também: aprovamos hoje na Mesa, colegas vereadores, que vão começar a vir novamente todos os repasses dos recursos estaduais e federais para a Prefeitura de Porto Alegre. Normalmente vinham aqui da saúde e da educação, mas nós gostaríamos de poder receber todos os recursos estaduais e federais que são repassados, fazer aqui uma relação com a Câmara, para que nós possamos acompanhar e inclusive ajudar a cobrar aqueles institucionalmente.

Por último, já que nós estamos tratando aqui também do sistema de informatização, de comunicação, de transparência, eu, juntamente com outros colegas aqui, Ver. Adeli Sell, Ver. Airto Ferronato e Ver. Cassiá Carpes, debatemos muito aqui ainda o tema do SIAT lá atrás. Deu certo, não deu certo, contratou, pagou a mais, não pagou o suficiente... Quero dizer aos colegas, inclusive ao Janta, que naquele debate nós tínhamos razão, porque até hoje não foi instituído um sistema de informatização adequado, como precisamos ter. Agora, aqui entra novamente o velho debate, e disse isso, colega Fernanda, hoje, na Mesa: por que contratar uma empresa se nós temos uma empresa pública municipal chamada Procempa? Que sempre atendeu muito bem a estrutura pública municipal, até começar a política da intenção de privatizá-la e buscar o seu sucateamento.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Esse é o debate verdadeiro que nós precisamos fazer, secretário. Nós queremos que a Procempa continue pública. Nós queremos valorizar a Procempa. E eu concluo dizendo aqui: por que nós gastarmos recurso público para satisfazer a visão neoliberal que existe? Os neoliberais, aqueles

mesmos neoliberais que, quando ocorrem as crises econômicas, quebram os bancos, e os bancos privados correm aos governos para pegar dinheiro público. Então, nós temos que defender aqui a Procempa como a grande empresa pública e colocá-la na agenda do desenvolvimento tecnológico mundial. Ela já foi e pode ser, pela sua estrutura e pelo conhecimento que lá tem, a empresa que vem solucionar as necessidades do Município. É uma posição muito clara nossa aqui, que gostaria de dialogar com os senhores e fazer esse debate internamente na Prefeitura. Obviamente, que eu estou falando aqui da Procempa, mas têm aqueles que estão sucateando o DMAE para querer vendê-lo também, que é outra joia de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Passamos a palavra ao secretário Fantinel, que tem o tempo de até dez minutos para as considerações finais.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Vou tentar correr aqui para tentar responder tudo em dez minutos. Se por acaso sobrar alguma questão, a gente também pode conversar individualmente com os vereadores depois. A gente recebeu até a listinha de perguntas que a bancada do NOVO preparou, vou tentar me basear nisso aqui também.

A primeira questão importante para a gente dizer é a seguinte: o sistema Sigef não foi comprado pelo Município de Porto Alegre; ele foi doado para o Município de Porto Alegre pelo Estado de Santa Catarina. Quem desenvolveu o sistema Sigef foi o Estado de Santa Catarina. Este contrato que existe hoje é para a customização do sistema do Estado de Santa Catarina para a realidade de Porto Alegre.

Então, a gente não gastou para desenvolver o sistema e também não gastou para comprar um sistema. O custo desse sistema, se fosse comprado, é acima de R\$ 25 milhões. Então, assim, não foi o município de Porto Alegre que inovou nisso, o Estado de Santa Catarina, que é um Estado, do ponto de vista tecnológico, muito desenvolvido, desenvolveu o sistema e cedeu já – só para a gente saber – para três estados. Além do Estado de Santa Catarina, quem usa esse sistema é o Estado de Rondônia, o Estado do Maranhão e o Estado do Rio Grande do Norte, e para quatro capitais, além de Porto Alegre, Salvador, Maceió e João Pessoa utilizam o mesmo sistema. Então é um sistema que funciona, não é um sistema que tem problemas. Se o sistema funciona em quatro estados da Federação e em quatro capitais, obviamente o sistema funciona.

(Manifestações nas galerias.)

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: A gente não tem dúvida quanto a isso. Vou tentar seguir aqui a ordem dos vereadores que colocaram. Primeiro, a Ver.^a Biga colocou que ontem tínhamos escolas sem receber, e tínhamos, e hoje ainda deve ter escolas sem receber. Para vocês terem uma ideia, nós pagamos todo o passivo que nós tínhamos até ontem, e hoje pela manhã chegaram mais 12 processos na Secretaria da Fazenda, e amanhã vão chegar outros 12.

Então, a gente sempre vai ter escolas sem receber que estão na fila. Depois que a gente recebeu as escolas lá no meu gabinete, eu até passei o meu *e-mail* para acompanhar isso também para as escolas, então as escolas estão mandando para a SMED, me copiando nos *e-mails*. Algumas escolas mandaram *e-mails* dizendo o seguinte: “Olha, a minha nota fiscal, eu emitei errado, então, agora estou emitindo a certa, mas eu estou desesperado, preciso que seja pago rapidamente.” E a gente está empurrando para pagar rapidamente. Só que têm erros de todas as pontas, não são erros só de “ah, não estamos pagando”. O mais grave seria se nós não tivéssemos dinheiro para pagar, aí nós estaríamos com uma situação muito séria. Mas o que a gente está fazendo? Priorizando esse problema, que está em cima da mesa, e aí já misturando aqui com a colocação que o Ver. Jonas Reis fez. Nós não podemos atrasar. O resumo é que a gente não pode atrasar. Ele colocou que os trabalhadores não podem ficar sem pagamento, e nós concordamos na íntegra com isso, ninguém pode ficar sem pagamento, e nós estamos trabalhando dia e noite, final de semana, para que ninguém fique sem pagamento. Daqui a um mês, se eu tiver a oportunidade de voltar aqui, tenho certeza de que nós não vamos ter problema, só que implantação de sistema é um processo que é complicado para todas as esferas. Todo mundo que troca o sistema passa por dificuldades, e a gente tem dificuldades, neste momento, que nós vamos resolver.

Em relação à licitação do Sigef, como eu coloquei, primeiro, o sistema foi doado para o Município, a gente fez uma licitação somente para customização. Se outros módulos serão adquiridos, acredito que não, o sistema é integrado, já tem tudo ali. Agora, se nós precisarmos, por exemplo, de um sistema para controlar o patrimônio do Município, que não é Sigef, obviamente, nós vamos ter que pegar um sistema que converse com o Sigef. Hoje, eu não sei dizer se, mais para frente, a gente vai contratar outros sistemas que conversem com o Sigef para funcionar.

Em relação às emendas impositivas dos vereadores, todas elas já foram cadastradas dentro do Sigef, e a execução está se dando dentro do Sigef. Já têm emendas de 2024 pagas, com execução dentro do Sigef.

A outra pergunta: o sistema foi adquirido em outubro. Não foi, o sistema foi adquirido no ano passado. Todo o ano passado, a gente passou fazendo customizações do sistema. O que nós começamos em outubro foi a capacitação das pessoas que iam usar o sistema. Desde outubro as pessoas estão fazendo treinamento, e o sistema foi implantado dia 15 de janeiro.

Então, hoje o sistema tem um mês e alguma coisa de vida, por isso eu tenho convicção e não tenho nenhum problema em afirmar aqui que a gente vai ter uma situação melhor nos próximos dias, no próximo mês esse negócio provavelmente vai estar equacionado. É muito recente para a gente achar que não teríamos problemas.

Em relação à pergunta, eu até não a compreendi bem, se a folha foi paga pelo sistema Ergon. O sistema Ergon nunca pagou a folha. O sistema Ergon gera as informações para que a gente faça o pagamento da folha. Até não entendi bem a pergunta, e a folha foi paga, o Sigef pagou a folha, os empenhos foram feitos dentro do Sigef, e o

Sigef pagou a folha. O sistema Ergon nunca pagou a folha nem pagou a folha de janeiro também.

Em relação às colocações do Ver. Adeli: Ver. Adeli, eu acho que o seu papel e o papel de todos aqui é justamente nos fazer perguntas, e o nosso papel é responder às perguntas. Então, fique à vontade sempre que quiser questionar, se quiser ir na Secretaria da Fazenda, a gente está sempre à disposição para esclarecer. Aí eu coloquei aqui: tem a questão da Procempa, tem a questão do SIAT lá, eu não me recordo, acho que foi em 2010 que foi contratado o SIAT, mas eu não me recordo de cabeça.

Demora para implantar o Sigef – na verdade, eu não sei se houve uma demora, porque nós precisávamos customizá-lo. E essa implantação tinha que, necessariamente, acontecer numa virada de ano, porque eu não posso ter metade da contabilidade no sistema antigo e metade num sistema novo. Então, a gente já tinha condições até de ter implantado antes, mas nós precisávamos da virada do ano para fazer a implantação, que foi a mesma coisa que Recife fez, a mesma coisa que Rio de Janeiro fez, mesma coisa que Maceió fez, então, nós não estamos inventando a roda nesse sentido.

Em relação às colocações da Ver.^a Mari, nem está aqui no momento, mas vou responder, espero que a sua assessoria, depois, leve as respostas a ela. Em momento algum eu estou colocando culpa ou qualquer outra coisa em colo de secretário, eu estou aqui representando o Município e a responsabilidade é nossa. Enquanto o pagamento não tiver na conta dos nossos fornecedores, dos nossos parceiros, a responsabilidade é da Secretaria da Fazenda. A gente conversou com as escolas ontem, no sentido de nos informar onde estão os problemas, porque nós vamos agir, a fazenda vai agir junto com a SMED para também colocar isso em dia. Então, se eu passei essa a impressão, de forma alguma eu faria isso de botar no colo dos meus colegas secretários; a responsabilidade é nossa, a responsabilidade é do governo. E aí falou também em falta de empatia. Eu tive contato com as escolas na segunda-feira. Na segunda-feira, eu tinha a agenda repleta e, no momento em que me informaram que as escolas estavam querendo conversar com a gente, estavam na portaria do prédio, nós cancelamos a agenda e recebemos as escolas. As proprietárias das escolas que foram lá falar com a gente, e solicito que os senhores falem com elas, saíram de lá extremamente agradecidas, agradecendo por nós termos prestado as informações e por trabalhar para solucionar o problema delas. Essa é uma impressão que eu tenho, o Jonas estava na reunião comigo. Eu acho que o que faltou foi, de repente, ter feito essa reunião antes, mas, no momento em que a gente teve as escolas demandando a reunião, 10 minutos depois que elas demandaram, elas estavam sentadas à nossa mesa conversando.

Outra questão que também apareceu aqui pela Ver.^a Mari, que também não consegui compreender – vou pedir mais um tempinho, Presidente, só para conseguir responder aqui –, que nada está sendo pago, que a cidade está parada. E aí eu tenho dois dados que eu trouxe aqui de propósito, porque eu pensei que realmente isso poderia acontecer. Em janeiro, nós pagamos R\$ 310 milhões de despesa; em fevereiro, até agora, nós pagamos R\$ 237 milhões de despesa. Olha, R\$ 237 milhões mais R\$ 310 milhões, nós estamos falando de mais de R\$ 500 milhões pagos do início do ano até agora. Então,

esses R\$ 500 milhões estão muito longe de nada estar sendo pago. O conceito, para mim, de nada estar sendo pago é bem diferente de R\$ 500 milhões de pagamento.

Em relação a plano B, que também a Ver.^a Mari citou, obviamente que nós tínhamos um plano B, e ontem eu vim aqui na CEFOR apresentar, informei inclusive para os vereadores que estavam aqui, que alguns pagamentos que iam ser feitos em janeiro nós fizemos em dezembro, justamente para evitar maiores problemas. Aí a pergunta: “Ah, vocês não sabiam que ia dar problema?” Claro que não! Nós estamos implantando um sistema achando que não teremos problema nenhum, mas os problemas acontecem, e a nossa função é resolver os problemas. Agora, se eu tinha bola de cristal e imaginava que poderia dar atraso, é claro que não. A resposta é: claro que não.

O Ver. Jonas colocou a questão lá de os trabalhadores ficarem sem pagamento, e, realmente, concordo com ele, não pode acontecer, e, enquanto estiver acontecendo, a nossa obrigação é trabalhar para resolver os problemas, nós temos a obrigação de fazer isso. E me colocou também a questão do repasse para as escolas, que é o problema também que está em cima da mesa e deve ser solucionado agora nos próximos dias, porque nós estávamos priorizando as escolas privadas que tinham valores a receber.

O próximo vereador foi o Ver. Tiago, que colocou a dúvida se nós realizávamos empenhos individuais. Não, o empenho é do valor da nota. E aí, até nessa reunião com as escolas, nós pedimos para elas, porque uma das informações que chegou é que uma escola teria recebido R\$ 0,32, se não me engano. Nós pedimos para as escolas: “Olha, nos informem, nos deem o caso para a gente poder ir atrás e ver o que aconteceu.” Até agora não nos mandaram, mas acredito que vão mandar. Esse caso que o senhor citou da pessoa que recebeu R\$ 1,6 mil e deveria ter recebido R\$ 21 mil, se puder também localizar e nos mandar, a gente vai atrás para descobrir o que é que aconteceu, mas não é para acontecer.

O valor de aquisição do Sigef, que o senhor perguntou. Foi doado; e aí depois tem o contrato de customização, que é de R\$ 9 milhões e alguma coisa, não me recordo exatamente.

Pagamentos pendentes, é essa questão que eu estava colocando. Enquanto tiver pagamento pendente, a responsabilidade é nossa e nós temos que corrigir isso, porque isso não pode acontecer.

O Ver. Robaina colocou se nós tínhamos previsão de atrasos. É o que eu falei antes: nós não tínhamos como saber que iam ocorrer atrasos. Agora, na medida em que os atrasos ocorrem, o nosso trabalho é solucioná-los.

Ver. Pedro Ruas, que está ali, em relação às outras questões de isenção da Fraport e tal, eu fico à disposição do senhor para a gente conversar. Só não vou entrar nesse assunto porque estamos falando de Sigef, mas acho que é uma discussão válida de a gente fazer.

O Ver. Comassetto fala das emendas impositivas do carnaval, e aí a gente já anotou aqui para conversar com o secretário Henry para ver se existe viabilidade de fazer isso.

Em relação, vereador, ao percentual de execução do orçamento, talvez a informação não tenha chegado ao senhor, mas a gente vem aqui na CEFOR três vezes por ano, pelo menos, para fazer a prestação de contas. Ontem eu estava aqui fazendo isso, e a gente mostrou do orçamento de 2023 o quanto a gente executou. Se o senhor quiser, a gente pode passar a apresentação aí; ela é pública, não tem problema nenhum, mas ali tem o percentual de aplicação do orçamento.

O que eu tinha anotado aqui, passei rapidamente, posso ter me perdido em alguma anotação, mas em relação à Sigef era isso. Ver. Mauro, a gente fica sempre à disposição; não precisa nos convocar, é só dar uma ligadinha que a gente comparece aqui. Acho que, assim como o Ver. Adeli colocou, que vocês têm a obrigação de fazer as perguntas, nós temos a obrigação de vir aqui e esclarecer. Contem sempre conosco, e, caso queiram também ir na Secretaria da Fazenda para algum esclarecimento, a gente fica à disposição. Muito obrigado pelo espaço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, secretário Fantinel, ao secretário adjunto Jonas Machado, nós agradecemos os seus esclarecimentos. A gente sabe que todas as mudanças são como obra em casa; a gente sabe quando começa e não sabe quando termina. Então, é sempre difícil, é complicado; a gente sabe das dificuldades, a gente sabe também que já estão solucionando a grande maioria dos problemas. O vereador é o primeiro a ser procurado por alguém quando acontece alguma coisa, e a gente pede a sua compreensão, principalmente em relação àquelas pequenas empresas, menores empresas e às escolas parceirizadas. A gente teve bastante dificuldade, agora é início de ano; elas têm que retomar. Sem o valor mensal, elas têm bastante dificuldade.

Então, se o senhor puder sempre agilizar, principalmente nas menores empresas, as pequenas, porque, quando falta o recurso, ela normalmente não tem uma provisão para resolver os problemas, diferentemente das grandes empresas que acabam buscando uma solução caseira para resolver. Mas tenho certeza de que o senhor fará o melhor lá para resolver esses problemas. Já agradecemos mais uma vez a sua presença aqui. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h29min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (15h31min) Reabertos os trabalhos. (Pausa.) (15h35min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, gostaria de lamentar que o pessoal que deveria estar trabalhando, está aqui sei lá fazendo o quê, está ameaçando um homem de Estado, um secretário. Então, gostaria de deixar o nosso repúdio. Essa não é a democracia que a gente preconiza; a democracia das ameaças, das pessoas que ficam dizendo: “Fantinel, a sua hora vai chegar.” Gostaria de convidar vocês para que fossem

trabalhar; afinal de contas, o povo de Porto Alegre paga vocês para trabalhar, não para matar serviço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Tiago.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Presidente, queria registrar o repúdio à fala do Ver. Tiago porque são representações sindicais que estão cumprindo o seu papel de se manifestar contra mais um projeto nefasto do governo Melo, que é para retirar direitos. Respeito, vereador!

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Presidente, eu quero registrar aqui, Ver. Tiago, que as coisas não se resolvem assim. O sindicato, a representação, a mobilização de pessoas aposentadas que estão aqui a falar palavras de ordem, isso não se considera nenhuma ameaça. Democracia é para ser exercida e não para ir para a tribuna fazer proselitismo. Portanto, repúdio a essa fala do Ver. Tiago.

(Manifestações nas galerias.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli e da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 166/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 166/23 às comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 02 e 03, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 074/14.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando a dispensa do envio das Emendas nºs 02 e 03 ao PLL nº 074/14 às comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL

nº 380/21 às comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia e da Ver.^a Mônica Leal, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 440/22.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia e da Ver.^a Mônica Leal, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 440/22 às comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 199/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 019/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão e votação do PLCE nº 027/23 e do PLCE nº 028/23 por uma sessão, e que sejam as primeiras matérias a serem apreciadas na ordem de priorização de votação da próxima sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 074/14 da priorização de votação.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 017/24 – (Proc. nº 0065/24 – Ver.^a Biga Pereira) – requer seja o período de Comunicações do dia 4 de março destinado homenagear a senhora Ivana Machado Moraes Battaglin. **(SEI 299.00016/2024-81)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o [Requerimento nº 017/24](#). Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 004/24 – (Proc. nº 0006/24 – Ver. Claudio Janta) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao PL 05/2022, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que tramita no Senado Federal, o qual dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos”.
(SEI 024.00002/2024-61)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o [Requerimento nº 004/24](#). Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0327/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 166/23, de autoria da Verª Psicóloga Tanise Sabino, que institui o ObservaPOA – PSI no Município de Porto Alegre. **(SEI 215.00042/2023-01)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relatora-Geral Verª Mônica Leal: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 30-10-23.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o [PLL nº 166/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 166/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADA.

Em votação o PLL nº 166/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(15h45min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1323/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 046/23, que altera o inc. IV do art. 2º e o *caput* do art. 3º; inclui o § 7º no art. 7º; e revoga os incs. I, II e III e os §§ 1º ao 6º do art. 3º, o art. 4º e o 5º da Lei nº 12.422, de 14 de junho de 2018. **(Adequação/legislação/transporte público coletivo) (SEI 118.00679/2023-13)**

PROC. Nº 0010/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 002/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Abian no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 01 de janeiro. **(SEI 024.00005/2024-02)**

PROC. Nº 0045/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 025/24, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que denomina Passagem Cesar Dias Neto o logradouro público cadastrado conhecido como PSG Dois Pereira Passos-Cariri. **(SEI 032.00003/2024-05)**

PROC. Nº 0054/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 030/24, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que denomina Rua Joanídia Nuñez Sodré o logradouro não cadastrado conhecido como Rótula Cinco Mil Cento e Setenta e Cinco, localizado no Bairro Tristeza. **(SEI 207.00045/2023-44)**

PROC. Nº 0055/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 031/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Luiz Assis da Silva o logradouro público não cadastrado conhecido como Viela Cinco – CEFER Um –, localizado no Bairro Jardim Carvalho. **(SEI 165.00023/2024-26)**

PROC. Nº 0073/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/24, que institui a jornada de trabalho em Regime de Sobreaviso e de Plantão Epidemiológico aos servidores públicos municipais lotados e em exercício na Secretaria Municipal de Saúde (SMS). **(SEI 118.00229/2024-01)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1244/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 555/21, de autoria do Ver. Pedrinho da Tinga, que inclui conteúdo de cultura afro-brasileira no programa de ensino da disciplina de História ministrada nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. (SEI 266.00004/2021-37)

PROC. Nº 1243/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 714/23, de autoria do Ver. José Freitas, que institui atendimento prioritário aos doadores de sangue nos estabelecimentos comerciais, bancários, de serviços e similares no Município de Porto Alegre. (SEI 034.00195/2023-69) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas.

PROC. Nº 1292/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 737/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui os Jogos Municipais de Estudantes com Deficiência (Jomed) no Município de Porto Alegre, inclui o evento Jomed no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, e revoga a Lei nº 8.191, de 15 de julho de 1998. (SEI 020.00141/2023-15)

PROC. Nº 1330/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 757/23, de autoria do Ver. José Freitas, que destina espaço para a construção de monumento em homenagem ao Rei Davi no canteiro central da Rótula do Rei Davi, localizado no Bairro Santa Tereza. (SEI 034.00531/2023-73)

PROC. Nº 1336/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 760/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Lucinda Neves Motta o logradouro público cadastrado conhecido como Vinte e Dois Loteamento Res Rubem Berta, localizado no Bairro Rubem Berta. (SEI 215.00143/2023-73)

PROC. Nº 0001/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/24, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva ao Conjunto Canção Nativa. (SEI 034.00532/2023-18)

PROC. Nº 00017/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 007/24, de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, que concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Lurimar Almeida Fiuza. (SEI 226.00181/2023-15)

PROC. Nº 0038/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 019/24, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que denomina Rua Terezinha Mello da Silva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua B Vila Nova Santa Rita, localizado no Bairro Restinga. (SEI 017.00025/2024-82)

PROC. Nº 0040/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 021/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Maria Nunes Garcia Gonçalves o logradouro público não cadastrado conhecido como Largo Mil e Oitenta e Três, localizado no Bairro Praia de Belas. (SEI 138.00002/2024-38)

PROC. Nº 0041/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/24, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Paulo Silva o logradouro público não cadastrado conhecido como Acesso nº 3055 no Beco do David, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro. (SEI 034.00182/2022-17)

PROC. Nº 00043/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 023/24, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Felipe Zortea Camozzato. (SEI 197.00006/2024-67)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão; meus parabéns às municipalidades e aos municipais pela mobilização contra os projetos do governo que querem destruir a autonomia do nosso sistema municipal previdenciário, querem encher de CCs, já não bastam mais de mil CCs na Prefeitura, espalhados por todos os cantos. Inclusive eu pergunto ao prefeito: essa quantidade absurda de CCs e você não consegue, há mais de um mês, juntar as árvores? Eu vi que teve vereador da base do governo que estava lá com a motosserra, só cortou as árvores e não juntou. Está cheio de árvores espalhadas por todos os cantos obstruindo as vias públicas, as calçadas, ali do lado da EMEI Vila Tronco, no bairro Cruzeiro, é uma vergonha! As mães com as crianças pequenas, irmãos de oito a dez anos, pegam os irmãos pequenos de quatro a cinco anos e têm que atravessar pela rua, pela avenida movimentadíssima, porque o governo não consegue juntar os detritos do temporal de janeiro. Está acabando fevereiro logo aí. Mas aí eu pergunto: o prefeito consegue, sim, colocar o seu chapéu de palha, gravar *lives*, e agora ele conseguiu avançar mais, além do chapéu de palha, ele bota um jaleco. Quando é temporal, ele bota o jaleco da Defesa Civil; agora que a dengue está tomando conta da cidade, ele botou um jaleco azul em que está escrito atrás “agente de saúde”. Mas ele nunca foi agente de saúde. Aliás, os agentes de saúde nesta capital não estão recebendo o 14º salário, que é um direito sagrado dos trabalhadores que lutam contra as endemias, contra esses mosquitos terríveis que estão espalhando essa doença! Aí o prefeito, eu acho bonito, porque parece que é desfile de moda: uma hora é o chapéu, um jaleco, uma outra hora uma botinha de gari, uma hora ele pega uma máquina de cortar a grama... Mas o fato é que em 60% das escolas a grama não foi cortada! Por que o prefeito é seletivo? Nas escolas ele não foi cortar a grama, não foi fazer a poda para as crianças usarem a pracinha. Aliás, falando em pracinha, na EMEI

Cavallhada, nós fomos chamados pela comunidade: um absurdo, uma sala de aula interditada porque os cupins tomaram conta; não conseguiu fazer, o secretário da educação, a desinsetização, a desratização da escola! Tendo o verão inteiro, o recesso inteirinho, dois meses, e as crianças sendo recebidas... Porque eles estão com problema nos contratos! Os contratos têm problema. Está aí a Zero Hora para nos dizer, que não nos deixa mentir, que realmente os contratos têm problema; têm tantos problemas que quatro pessoas investigadas foram presas no mês de janeiro! Agora, de fato, a escola Gilberto Jorge estava com problema, não tinha fogão industrial para fazer a comida, teve que dar pão para os alunos comerem, porque a Prefeitura não garante o instrumento de trabalho dos cozinheiros e das merendeiras. É escândalo em cima de escândalo! E agora a gente recebe a notícia que algumas escolas conveniadas estariam dizendo para as famílias que não vão atender os alunos caso a Prefeitura não pague. Não é possível que a Prefeitura não consiga pagar escolas que prestam um serviço ótimo para a população. Aliás, sobre a rede conveniada é importante lembrar que ano passado derrubaram a nossa emenda, nesta Casa, que garantia o pagamento do piso do magistério para todas as professoras. TDI, não; professora, sim! Até agora, nenhuma das trabalhadoras da rede comunitária viu a cor do dinheiro. E pergunto mais ao secretário de saúde: cadê as ambulâncias do SAMU? Denunciei ontem na Comissão de Saúde, desta Casa, pedi para chegar à mesa do Prefeito e estou pedindo agora na tribuna, não sei se chegou. Nós tínhamos, no dia de ontem, das 11 ambulâncias que deveriam estar funcionando, só três equipes porque as ambulâncias estão sem manutenção. Que secretário é esse, meus colegas vereadores e vereadoras, que nem as ambulâncias... No mesmo dia, uma trabalhadora caiu na esquina democrática e demorou 1h40min para chegar a primeira ambulância. Isso é gravíssimo! Se fosse um infarto de um ente querido, de quaisquer um de nós da classe política, como reagiríamos? Eu estou reagindo com indignação porque vidas estão em risco por conta de que não consegue gerir um contrato de manutenção das ambulâncias, isso é um absurdo! Peço que a liderança do governo, Ver. Cecchim, e a liderança do MDB, Ver. Pablo Melo, levem esse problema ao prefeito porque não é possível, só posso acreditar que o prefeito não está sabendo dos problemas que a capital vive ou ele deve estar em viagem, porque, de vez em quando, ele está em viagem. Aí, eu dou um desconto, pois talvez ele não saiba o que está acontecendo em Porto Alegre.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (Republicanos): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Ver. José Freitas, na presidência dos trabalhos; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Na segunda-feira passada, tivemos aqui no plenário o secretário municipal da saúde; e ontem, o tema continuou em debate na COSMAM, quando veio a diretora da Secretaria Municipal de Saúde, Fernanda Fernandes, e o assunto foi o combate à dengue em Porto Alegre. Todos nós, cidadãos porto-alegrenses, e tantos outros cidadãos do Rio Grande do Sul estão muito preocupados com a grande proliferação do mosquito

da dengue e uma falta de política para o combate ao mosquito da dengue. Aqui em Porto Alegre, o governo municipal está dizendo que dificilmente vai aderir ao programa nacional que está sendo disponibilizado pelo Ministério da Saúde, com R\$ 1,5 bilhão para os estados e municípios. Olha só, o secretário chegou a dizer, assim como a diretora Fernandes, que seria realizada uma avaliação na Secretaria em relação ao aumento de agentes de endemias. Esses profissionais são os que fazem o trabalho de campo, isto é, pela verificação, casa por casa, da situação no combate ao mosquito da dengue. Segundo ela, tem 87, para uma população de 1,4 milhão pessoas. Nós tínhamos 1,6 milhão, mas, segundo o último Censo, 1,4 milhão pessoas em Porto Alegre. Não há nenhuma ação concreta, ampla, que possa ser feita ou que está sendo feita em toda a cidade de Porto Alegre. Primeiro, porque não tem agentes de endemias e agentes comunitários suficiente para fazer o trabalho de campo; segundo, porque o próprio governo, de ontem para hoje, já pediu ajuda do Exército. Poderia chamar, por exemplo, Ver. Robaina, e agradeço muito a cedência do seu espaço pela liderança da oposição, com relação ao aumento de servidores da Atenção Básica para o combate do mosquito da dengue, que são 87 agentes comunitários de endemias. A capital que menos tem, tem 300, Ver. Pedro Ruas, 300. Porto Alegre tem 87! Não tem como! Não tem como! Alguns agentes que estavam na reunião disseram que é impossível eles fazerem o controle de mais de quatro a oito mil famílias, porque, dependendo do número de equipes em cada unidade de saúde, é o número de famílias que são atendidas. É impossível! Então, o governo municipal não fez e não está fazendo o dever de casa de averiguar em todas as casas se de fato está acontecendo ou não aquela precaução ou aquela orientação educacional que deveria também estar na imprensa, que deveria estar em todos os órgãos de imprensa para poder conscientizar o cidadão porto-alegrense, como em todas as cidades do País. É preciso, sim, ter uma aliança com o povo para poder combater, Ver. Adeli, o mosquito da dengue. É um momento preocupante, pois em apenas uma semana, o número de casos confirmados aumentou de 109 para 141; são 32 casos a mais. E é agora, a partir desta semana, Ver. Jonas, que os cidadãos voltam para as aulas. As crianças voltam para as aulas, as pessoas que estão passeando, fazendo turismo, voltam para casa. A vida acontece logo depois do carnaval, com o início das aulas, mas tem que haver uma preocupação do gestor municipal. Porque, quando há uma preocupação, uma interlocução entre as secretarias e uma campanha com as pessoas, a vida pode ser salva para muitos cidadãos. Até ontem, cinco pessoas em Porto Alegre já tinham perdido a vida. Portanto, fica aqui o apelo da oposição: aumentar os servidores, fornecer repelentes aos trabalhadores e recolher o lixo que está espalhado pela cidade desde o vendaval. Parece que Porto Alegre está abandonada. Mas é preciso ter uma ação concreta do governo, Ver. Pedro Ruas, e, lamentavelmente, no momento, não está havendo; o que está ocorrendo é outra preocupação que muito está se debatendo aqui também: os escândalos que começam a surgir na área da educação em Porto Alegre. É isso, Ver. Bosco, essa é a verdade. Um abraço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (Republicanos): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, colegas vereadoras e vereadores, Presidente Freitas à frente dos trabalhos. Eu achei importante subir e usar o período de liderança para falar sobre uma notícia que esteve ontem na mídia de que eu estive com o presidente Kassab, presidente nacional do PSD, onde eu fui convidada para ser pré-candidata à Prefeitura de Porto Alegre. É um convite que me deixa muito feliz pela valorização da mulher na política, que é um tema que a gente fala muito, e a gente precisa trabalhar essas questões cada vez mais. Mas, hoje, saiu uma outra notícia que diz que a vice-líder do governo Sebastião Melo é pré-candidata à Prefeitura de Porto Alegre. Como fica isso? E eu acho que é importante esclarecer. Conversei com o prefeito Melo, que é um grande parceiro, uma pessoa que trabalha muito em prol da cidade de Porto Alegre, e ele entende que democracia é isso, que faz parte de uma construção política que os partidos queiram ter seus candidatos à majoritária, o que não quer dizer que vá acontecer, porque tudo pode acontecer nesses próximos meses. Enquanto as convenções não acontecem, nada acontece. Mas achei importante dizer que eu sou vice-líder do governo, sim, que eu permaneço na base do governo, sim, e que eu vou defender o prefeito Sebastião Melo até o final deste mandato, porque o trabalho que ele realiza e que nós defendemos é muito bom. Eu jamais falaria alguma coisa contrária àquilo que eu defendi nos últimos três anos. Então, eu continuarei trabalhando em prol do nosso governo, da nossa gestão, para que a gente possa construir cada vez mais. E se ali na frente realmente eu for candidata, se for confirmada a minha candidatura, eu vou trabalhar da mesma forma que o prefeito, em prol da nossa cidade. Partindo desta fala, eu queria também convidar a todos que estão nos ouvindo para que participem, amanhã, da instauração da nossa CPI da CEEE Equatorial, que é extremamente importante para a nossa cidade. Muitos falaram que isso não é um papel do município, que isso não tem nada a ver com os vereadores, e, sim, eu entendo que tem a ver porque nós somos o maior cliente da Equatorial no Rio Grande do Sul, e os serviços são ruins. Nós precisamos buscar uma alternativa, e, como legisladora, como uma vereadora da capital, da maior cliente da Equatorial no Rio Grande do Sul, eu entendo que, sim, nós precisamos buscar melhores serviços e fiscalizar aquilo que está sendo feito pela empresa CEEE Equatorial. Então, a ideia é que nós possamos chegar ao final dos 120 dias com um ofício, com um acordo junto com a empresa Equatorial para fazer um melhor atendimento a nossa população, porque este é o nosso intuito. Então convido a todos que estejam nos ouvindo para que venham amanhã, às 10h, que participem aqueles que se sentem prejudicados nas suas contas de luz, que tiveram sua luz por 10, 15 dias sem estar funcionando; venham, falem, tragam as suas dores para que a gente possa mostrar que isso não é em vão, que realmente nós temos um grande problema na cidade e que nós vamos buscar juntos a solução. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (Republicanos): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Presidente em exercício, Ver. José Freitas; vereadoras, vereadores, público que nos assiste no plenário e pela televisão, tem um tema que me traz reiteradamente à tribuna e debate há muitos anos em relação a ele aqui nesta Casa e na Assembleia Legislativa: são as chamadas isenções fiscais. E eu aproveitei hoje a presença de S. Exa. o secretário da fazenda Fantinel para fazer uma pergunta, uma única pergunta: Quanto o Erário Municipal, Ver. Janta, deixou de receber com a isenção à empresa Fraport? Quanto deixou de receber? Já me disseram cifras absurdas para cima e para baixo. Já me disseram que perde um milhão por dia, já me disseram que perde um real por dia. O secretário estava aqui, eu perguntei e ele disse que, em outro momento, buscaria os dados. O secretário da fazenda não tem esse dado? Mas como é que isentaram? Aliás, o governo municipal é pródigo em isentar os grandes. Para isentar grande empresa de pagar tributo é uma barbada. Eu acho que Porto Alegre é campeã, deve ser a capital campeã de isenções para quem tem altos rendimentos em relação a tributos municipais. Porque não é possível! A isenção da Fraport, é importante registrar isso, ocorreu depois que a empresa já tinha ganho a licitação para gerir o aeroporto Salgado Filho. Depois. Então, não vale aquele argumento: “Não, mas tem que dar isenção para trazer a empresa”. Não, a empresa já estava lá operando normalmente no Salgado Filho quando houve a isenção dos tributos municipais. E a Prefeitura não nos informa, o Executivo não nos informa o valor da isenção. Então, qualquer valor que digam pode ser válido, o tal do um real por dia, ou um milhão de reais por dia, tudo é possível, e a informação oficial não existe, não ocorre. Eu fiz essa manifestação neste período de liderança, prezado Ver. Freitas, em protesto contra a falta de informação, porque eu pedi na tribuna hoje, estava presente o secretário, uma informação que eu considero vital para Porto Alegre, até porque renúncia fiscal é proibido e é crime no Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (Republicanos): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (Solidariedade): Sr. Presidente, foi só parar com o canabidiol que a minha perna começou a me incomodar de novo, tenho que voltar para o meu canabidiol. Boa tarde a todos e todas, queria saudar a todos colegas vereadores, o público que ainda nos assiste nas galerias e através da TVCâmara, da nossa rádio, das nossas plataformas. Hoje, nós apresentamos uma moção de solidariedade aqui muito tranquila. Nós acreditávamos. Uma moção de solidariedade – saúdo aqui a sempre vereadora desta Casa, Sefora Mota, que entenderá o que eu vou falar agora –, porque nós não tínhamos outra forma de fazer isso, ao Senado, que tem uma lei que pede que o governo federal proíba em todo o território nacional a confecção, fabricação, comercialização e armazenamento de qualquer tipo de fogos com estouro, qualquer tipo de fogos com estalo, qualquer tipo de fogos que prejudique a vida das crianças autistas, crianças com síndrome de Down, com qualquer doença neurológica e os animais. Não podemos mais ver o que se viu nesse último final de ano, com queimas de fogos nas

praias, nas cidades, e as mães verem seus filhos dentro do guarda-roupa ou embaixo de uma cama. Não podemos mais ver as mães consolando seus filhos dois, três dias, e logo voltam os fogos de novo, porque é Ano-Novo; volta os fogos de novo porque é carnaval; volta os fogos de novo porque o Inter, o Grêmio, o Juventude, sei lá quem ganhou o jogo. E as mães que estão lá com seus filhos autistas, sofrendo com essas crianças, que ficam escondidas dentro de um guarda-roupa ou embaixo de uma cama. E não são por dois, três minutos, são por horas. E nós vimos aqui que estão trazendo para cá a questão que hoje está levando o Brasil para onde está indo, que é a extrema direita, extrema esquerda, o que é isso, gente? Nós estamos falando de saúde pública; nós estamos falando de uma lei que é necessária para as crianças autistas – necessária -, que esta Casa já aprovou, mas nós precisamos proibir a confecção e a fabricação de fogos com estouro e de fogos com explosivos. Aí, dois vereadores votam contra porque quem apresentou foi um vereador de oposição. Não sei nem o partido em que está o senador, votam contra porque é de oposição! O autismo não tem bandeira, o autismo não é de gremista, não é de colorado, o autismo não é do Ver. Janta, o autismo não é do Mion, o autismo não é de ninguém, o autismo é das crianças e das mães que deitam todas as noites, Ver.^a Sefora, se perguntando: quem vai cuidar do meu filho amanhã, se eu não estiver aqui? A senhora se faz essa pergunta todas as noites, que eu sei, como todas as mães de autistas se fazem essa pergunta todas as noites: quem vai cuidar do meu filho? E essas mães se perguntam, quando chega Natal, Ano-Novo, carnaval, finais de campeonato, inclusive quando chega a droga nas vilas, essas mães se perguntam: até quando o meu filho terá que se esconder? Até quando o meu filho terá que ficar embaixo de uma cama? Até quando o meu filho terá que ficar dentro de um guarda-roupa porque não se proíbe no Brasil a confecção, não se proíbe no Brasil a fabricação, não se proíbe em todo o território nacional a comercialização de fogos com estouro. Em Porto Alegre é proibido, mas se tu pegas a Estrada do Mar, ali, tem uma loja vendendo fogos de artifício. Em Porto Alegre é proibido, mas em Alvorada, em Viamão há lojas vendendo fogos de artifício com estouro. Então, é imprescindível que o governo federal e que o Congresso Nacional acabe com a confecção, com a fabricação e principalmente com a venda de fogos de artifício com estouro. A gente vê, agora, no calendário chinês, a entrada do ano do dragão, o espetáculo que fizeram em todas as províncias da China sem um estouro, só com luzes; sem um estouro, sem nada estourando. Vários países estão fazendo isso; chegou a hora de o Brasil respeitar as crianças autistas e respeitar os animais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (Republicanos): Saúdo a presença da Sra. Sefora Mota, ex-vereadora desta Casa, sempre vereadora. Seja bem-vinda.

O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente José Freitas, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu vim aqui discutir política, porque nós, do MDB, nós da bancada do MDB discutimos na política, não levamos para a personalidade. Aliás, aqueles vereadores e vereadoras ou parlamentares que fizerem acusações indevidas, tentando

manchar a honra, tentando assassinar reputações, responderão na justiça, porque a imunidade parlamentar não alcança a calúnia e a difamação. Então, eu tenho certeza de que o primeiro dano moral que sair na justiça, o segundo, se tiver que pagar R\$ 40 mil, R\$ 50 mil, na terceira, já vai começar a pensar diferente para não falar besteira. Então, eu tenho muito orgulho de vir discutir com o líder do PT aqui na tribuna, discutir política. Pelas colocações dele, falando em CC no nosso governo, eu quero lembrar que o governo Lula, o governo do PT e dos seus puxadinhos, hoje tem 37 ministérios. Olha, o governo do PT conseguiu, Ver. Jonas, passar o ministério cubano, que tem 24 ministérios; conseguiu passar o venezuelano, com 33 ministérios, para acomodar a camaradagem. Então, quando o senhor fala de CC, o senhor fala com a autoridade, porque o seu partido distribui CCs para a sua base como poucos partidos fazem.

Em segundo lugar, vereador líder da bancada do PT e da oposição, cadê a vacina contra a dengue? Ora, eu não vou usar aquelas frases esdrúxulas que o Presidente Lula tem usado, como genocida e holocausto, colocando de forma errada, e já está na história esses comentários infelizes do Presidente, comparando a questão Palestina e Israel com o holocausto. Mas eu vou dizer que acredito que o Presidente Lula tem se equivocado muito nessa política da saúde, pois não chegaram as vacinas. E eu não estou dizendo aqui, e poderia fazer como a oposição faz, chamar os governos de situação de negacionistas, não vou chamar. Eu acredito que seja um governo que esteja sendo incompetente mesmo, pois as vacinas da dengue já deveriam ter chegado aqui em Porto Alegre.

Para finalizar, eu vi aqui uma vereadora cobrar empatia. Veja bem, aqueles que nos acompanham nas redes sociais, aqueles que nos acompanham pela televisão, através da TVCâmara, uma vereadora cobrar do secretário da Fazenda, empatia. Ora, quando já estavam previstas as tempestades em Porto Alegre, já estavam previstas há um, dois, três dias, a vereadora manteve a viagem para Paris, foi lá beber Dom Perignon e Veuve Clicquot, a dois, três mil euros – não eram férias, não, porque estava ao vivo aqui no *chat*. Não eram férias. E a população de Porto Alegre debaixo d'água, esta é a verdade. Então, é mais uma que não tem autoridade para falar de falta de alguma coisa aqui, pois também tem falta de empatia, pois quando a cidade estava debaixo d'água a vereadora estava lá em Paris, curtindo do bom e do melhor. Por isso, eu cobro aqui dos meus colegas na política – na política –, mais coerência com aquilo que falam e também com aquilo que fazem, as suas ações. Vamos fazer das nossas palavras as nossas ações e não falar uma coisa e fazer outra. Por isso, boa tarde a todos, um grande abraço a todos que nos acompanham nas redes sociais e na televisão.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (Republicanos): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, vejam só que coisa terrível o governo quer aprontar com o cidadão usuário de transporte público. Aqui na casa, o tal projeto de lei para estabelecer, por decreto, o

tempo de vida útil dos ônibus. Já não basta os cacos velhos terem 13 anos, agora, porque o prefeito Melo foi lá e assinou: caco velho pode circular. Ele não usa ônibus, natural que a população trabalhadora, mais pobre, sofra; agora, ele quer deixar ao bel-prazer do decreto, que maravilha, é uma postura de ditador mesmo, ele quer mandar e desmandar no transporte, ele quer deixar cara a passagem, R\$ 4,80, como está, ele quer deixar o ônibus sem horário, que não cumpre, ele não fala com a ATP. Eu vou botar no ar aqui um vídeo que eu gravei da ATP, não vou botar aqui, mas vou botar no ar, na Câmara, vocês vão ver, a ATP diz que com as paradas novas, você vai pegar o ônibus mais rápido. Eu não entendi, é um deboche da ATP: como é que uma parada nova vai mudar o horário dos ônibus? A minha inteligência não chegou no nível cognitivo da ATP. Talvez o prefeito tenha chegado lá e está entendendo, e por isso ele quer aceitar a pressão que a ATP está querendo estabelecer: vida útil irrestrita, o ônibus vai durar até quando o megaempresário decidir. É uma vergonha! A segunda passagem mais cara do País, um transporte podre, podre, pode olhar no meu Instagram, peguei o Restinga ontem lá na Av. Cavalhada esquina com a Av. Otto lotado. Como é que um Restinga vai estar lotado às 17h, cidadão? Às 18h já não cabe mais ninguém! Isso é vilipendiar o cidadão trabalhador, a trabalhadora que precisa ficar uma ou duas horas no transporte, que é o caso do Lami. Aí ele vem com esse projeto aqui. Mas nós vamos ter a tranquilidade, a serenidade, a paz que nos é característica de fazer um *card* com o nome de todos os vereadores que aprovarem esse projeto do governo que está aqui na sessão, que é vida útil irrestrita, quer dizer, o ônibus vai durar para sempre! É uma maravilha, esse prefeito é bom mesmo, esse aí eu tiro o chapéu, não o chapéu de palha que ele usa, eu tiro o chapéu fictício porque é uma vergonha uma cidade em que o prefeito e o governo se entregam aos donos, aos chupins do transporte que não deixam entrar outros modais. Nós poderíamos ter aqui metrô e não temos nessa capital, cruzando da Zona Leste, do Centro, da Zona Norte, saindo pelas principais vias; a gente é refém desses podres ônibus que circulam e que nem ar-condicionado que está lá na licitação eles cumprem, e o prefeito não fala nada. É porque ele não usa, ele está legal lá no carrão dele preto, vidro fumê, bacana, ar-condicionado no último. Agora, o cidadão que trabalha o dia inteiro, aí não tem direito a se transportar com qualidade. É no mínimo esquisito, para não dizer outra coisa. Aí o vereador Pablo Melo vem aqui e fala do governo Lula; vereador Pablo Melo, querido vereador, vocês estão cheios de ministérios, o MDB, está lá Renanzinho Calheiros ministro, e está fazendo bom trabalho o Renanzinho, eu parablenizo o ministro Renanzinho; a Simone Tebet que concorreu a presidente está fazendo um bom trabalho, e o senhor vem aqui falar que não quer os CCs. Eu vou mandar o seu vídeo lá para Brasília para ver se o MDB nacional concorda com isso. O senhor está querendo botar água no angu do pessoal que está trabalhando, está atuando, os ministros. Pega mal, pega muito mal! Depois, o senhor vai pedir emenda lá em Brasília, as portas vão fechar para o senhor e o senhor vai dizer: “bah, não sei por que fecharam a porta na minha cara aqui em Brasília”. Não pode ser assim, o MDB é um mosaico de relações. O MDB está na Prefeitura, está no governo Leite. Falaram mal do Leite, defenderam o Ônix e o governo,

o MDB, está com o PT em Brasília. Então, menos, Ver. Pablo Melo, bem menos, pelo amor de Deus, é só isso que eu peço ao senhor.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (Republicanos): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha na TVCâmara. A ousadia de quem tem medo parece que, novamente, acaba por atacar pessoalmente uma vereadora eleita que mostra a Porto Alegre o maior esquema de corrupção na educação da atual gestão, da qual o pai do vereador que esteve aqui presente é o líder; e o próprio vereador esteve em reunião com o empresário preso, com envolvidos no escândalo da corrupção, com mais de R\$ 30 milhões em compras sem licitação. E o vereador vem atacar, dizer palavras, falar sobre a minha vida pessoal. Eu já dei uma lição de moral no líder do governo, Idenir Cecchim, que diminuiu a minha pessoa dizendo que eu não entendia de finanças. Parece que, vereadores, de finanças eu entendo. Eu sou mestre em finanças, eu sou formada em administração e tenho também pós-graduação em finanças. Estive com meu marido, sim, no exterior, acompanhando-o na sua formação de mestrado. Eu não bebo, Ver.^a Cláudia Araújo, mesmo sabendo que a bebida é um vício da política. Eu não jogo, Ver.^a Cláudia Araújo – eu jogo tênis, eu jogo futebol –, o que eu ganhei em bolsa de valores, e isso me parece ser um outro vício, vereadores, do dia a dia da política. Eu também não tenho nenhum vício de drogas, e isso me parece ser um problema do dia a dia da política. E me parece que não ter a coragem de vir aqui debater ideias e situações realmente sérias de Porto Alegre, com uma vereadora que é mulher, e vir aqui diminuir a sua pessoa diante de um trabalho que o meu marido fazia no exterior, e que eu estava acompanhando, é uma atitude que volta a ser desse governo; passou do vereador, líder do governo, para o filho do prefeito, que está envolvido no escândalo da corrupção, sim, está nas fotos que até hoje não foram explicadas, estava com o vereador também envolvido e estava com o empresário preso, e isso Porto Alegre quer saber. Se a Mari Pimentel, que conduziu a CPI da educação, foi numa viagem internacional com seu marido durante o seu estudo e também conseguiu presidir uma CPI e trazer resultados expressivos para a capital, que bom! Ela é uma mulher potente, e assim sejam todas as nossas mulheres potentes, Ver.^a Cláudia Araújo aqui, Ver.^a Biga, Ver.^a Mônica Leal, Ver.^a Lourdes, e que cada vez tenhamos mais mulheres potentes. Mas, vir aqui diminuir vereadoras e trabalhar na sua imagem pessoal, uma vez que não consegue defender o governo do seu pai e a sua própria imagem, isso é baixo, isso é infantil e é isso que nós não queremos na política. Eu espero mais empatia e realmente mais trabalho em prol de Porto Alegre. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (Republicanos): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h25min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *